

# **CRISE E DESREGULAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL:**

**primeiras aproximações ao tema.<sup>#</sup>**

***JOSÉ CELSO CARDOSO JR. \****

## **Resumo:**

Este texto discute, numa perspectiva histórico-estrutural, a trajetória recente (1980/2000) de transformações da economia brasileira, especialmente no que diz respeito às implicações sobre o seu mercado de trabalho. Sucintamente, há 3 aspectos de interesse no texto. O primeiro está relacionado à tarefa de estabelecer as conexões lógico-históricas entre a crise da economia brasileira dos últimos vinte anos (1980/2000) e o processo de *desregulação do trabalho* no país. O segundo trata de definir e caracterizar cada um dos dois eixos que, do nosso ponto de vista, compõem o quadro de desregulação do trabalho no Brasil em período recente, a saber: a *desestruturação* e a *desregulamentação* do mercado de trabalho. Por fim, o terceiro aspecto abordado no texto procura avançar na sugestão de alguns pontos de reflexão para a tentativa de se construir uma agenda positiva de mudanças, como condição para a superação do binômio *crise econômica e desregulação do trabalho* no Brasil.

## **1. Introdução: Demarcação Histórica e Conceitual do Problema.**

A crise recente da economia brasileira tem suas raízes históricas fincadas na segunda metade da década de 1970. Do ponto de vista interpretativo, ela é fruto do desmonte do projeto nacional-desenvolvimentista fundado, *grosso modo*, nos anos 30, aprofundado na década de 1950 e rompido nos anos 80. Durante este período, a economia brasileira havia conseguido – bem ou mal não importa muito aqui – transitar rapidamente de uma estrutura agrário-exportadora para uma sociedade industrial, ampla e caoticamente urbanizada.

Com a crise econômica que tomou conta do país no bojo da implementação do II PND nos anos 70, instalou-se, a um só tempo, o colapso do modelo político desenvolvimentista e a reversão das tendências de crescimento de sua economia. Assim, enquanto a década de 1980 foi representante da primeira fase da regressão industrial do país, os anos 90 podem ser vistos como palco da segunda fase da trajetória brasileira de regressão industrial. Nesses 20 anos de desorganização do parque produtivo doméstico, os anos 80 representaram, portanto, o momento de desarticulação do desenvolvimento industrial interno, enquanto os anos 90 simbolizariam o colapso daquela estratégia pretérita de crescimento industrializante, com conseqüências adversas para o futuro do país (Cardoso Jr. & Pochmann, 2000).

A primeira fase, transcorrida ao longo da década de 1980, desenrolou-se num ambiente de intensa instabilidade macroeconômica, em que baixas taxas de crescimento do produto interno e altas taxas de inflação espelhavam, de um lado, a

ruptura das fontes e fluxos de financiamento externos e, de outro, o esforço exportador visando a obtenção de expressivos saldos comerciais. A concepção a respeito dos descaminhos da economia brasileira neste período procura enfatizar a idéia de que muito contribuiu, para o aprofundamento da crise, o padrão de ajustamento macroeconômico efetuado no período 1979/83 (Baer, 1993).

Após o período relativo ao ajustamento externo, no início da década, a economia produziria grandes e seguidos superávites em suas contas externas, associados ao baixo nível de absorção interna e às recorrentes desvalorizações cambiais. Entretanto, os superávites gerados tinham como principal finalidade a transferência de recursos reais ao exterior, devidos em sua maior parte ao pagamento de juros sobre a dívida externa contraída em períodos anteriores. Pelo fato de a dívida externa brasileira encontrar-se, desde os primeiros anos da década de 1980, praticamente toda em mãos do Estado, e considerando ainda que os setores privados eram em grande parte os detentores dos saldos comerciais conquistados nestes anos, o setor público precisava adquirir as divisas em moeda estrangeira para enviá-las ao exterior, valendo-se, para tanto, de emissão de dívida pública interna, principal responsável pelo endividamento crescente do setor público ao longo da década (Cruz, 1984; Carneiro, 1992).

O caráter financeiro do déficit público fez com que taxas de juros crescentes e prazos cada vez mais curtos se tornassem a regra, comprometendo seriamente a capacidade de financiamento do Estado brasileiro diante da crise. É no bojo deste quadro de desajustamento patrimonial do setor público que a inflação viria a se constituir no principal problema macroeconômico da década de 1980, suscitando o deslocamento do eixo das discussões, que antes girava em torno da problemática do desenvolvimento econômico com endividamento externo crescente, para centrar-se em torno das causas e conseqüências da inflação em países de industrialização retardatária ou em contextos de subdesenvolvimento crônico. Na prática, o binômio *ajuste externo – desajuste interno* estabeleceu as condições para a perpetuação da crise e da inflação, e materializou, em grandes proporções, um tipo de *apartheid* social único em economias com o grau de urbanização e industrialização similares ao do Brasil.

Como conseqüência da alternativa seguida, gerou-se um setor público altamente endividado e imobilizado, ao mesmo tempo que um setor privado financeiramente saneado. Com isso, na medida em que se elegeu o setor público como depositário dos

custos do ajustamento externo da economia, criou-se uma situação na qual o Estado foi perdendo o poder de outrora de condutor do desenvolvimento, seguindo o país o rumo da estagnação. O capital privado, movendo-se por estímulos de mercado, notadamente rentáveis no curto prazo, transferiu e concentrou grande parte de sua riqueza em ativos financeiros ao invés de produtivos. Ainda mais, não foi capaz de ocupar o espaço do setor estatal com o objetivo de redirecionar o *sentido* do desenvolvimento, fundando um novo pacto político apto a dar conta da superação da crise (Tavares & Fiori, 1993; Fiori, 1995).

Nesta etapa inicial de desarticulação do modelo de desenvolvimento industrial, houve também a *ruptura do padrão de estruturação do mercado de trabalho*, que se refletiu em basicamente 5 fenômenos interligados. Primeiro, no perfil setorial das ocupações urbanas localizadas no terciário (comércio e serviços). Segundo, no alargamento dos segmentos considerados pouco estruturados do mercado de trabalho (trabalhadores sem carteira assinada, pequenos empregadores, trabalhadores por conta própria e trabalhadores não remunerados). Terceiro, na tendência à precarização ou perda de qualidade dos postos de trabalho (desassalariamento formal, perda de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, jornadas de trabalho mais longas, remuneração oscilante no tempo, múltiplas fontes de rendimentos, etc.). Quarto, na estagnação das remunerações provenientes do trabalho, em particular dos segmentos assalariados da estrutura ocupacional. Quinto, na piora distributiva funcional (repartição da renda entre rendimentos do capital e do trabalho) e pessoal (repartição dos rendimentos do trabalho entre os ocupados). Um sexto elemento desestruturador do mercado de trabalho – o aumento dos níveis de desocupação e desemprego aberto – viria se manifestar com maior intensidade somente nos anos 90, incorporando-se a partir daí no conjunto de fatores a caracterizar empiricamente o fenômeno da *desestruturação do mercado de trabalho brasileiro* (Medeiros & Salm, 1994; Mattoso & Pochmann, 1998).

Em suma, *tem início no Brasil dos anos 80, por decorrência mais geral da crise econômica, a trajetória de desregulação do mercado laboral que, nesta primeira etapa, é marcada ainda por um movimento contraditório: de um lado, ocorre uma desregulação impulsionada pela tendência de desestruturação do mercado de trabalho; de outro, ocorre uma tentativa de regulação motivada pela regulamentação deste mesmo mercado*. Em outras palavras, a regulação capitalista clássica do

mercado de trabalho passa, no Brasil, por uma fase de amadurecimento, que se dá basicamente entre as décadas de 1930 e 1980, a partir de quando tem início uma fase de reversão imperfeita (ou ainda inconclusa), dentro da qual se situam atualmente os marcos da (des)regulação do trabalho no país. Para que não parem dúvidas ou confusões semânticas acerca do objeto sob investigação nesta pesquisa, é conveniente precisar melhor cada um destes conceitos: (des)regulação, (des)estruturação e (des)regulamentação do mercado de trabalho.

A *regulação do trabalho* é aqui entendida como a síntese de 2 vetores de determinação. De um lado, o *vetor da estruturação do mercado laboral* em consonância à emergência, consolidação e avanço das relações capitalistas de produção no país, as quais dizem respeito, basicamente, à difusão do assalariamento da mão-de-obra pelo sistema econômico e sua concomitante aceitação pela sociedade. De outro lado, o *vetor da progressiva regulamentação* deste mesmo mercado de trabalho, que se dá a partir de uma interferência pública (estatal e civil) mediadora e disciplinadora das relações e condições de trabalho.

O *vetor da estruturação do mercado laboral* é fundamentalmente dependente do padrão de desenvolvimento que se instala na sociedade, ou mais especificamente, da natureza do capitalismo que constitui (e põe em operação) determinadas bases produtivas de valorização do capital. Por sua vez, o *vetor da progressiva regulamentação* do mercado de trabalho depende do grau de organização política e social da nação e se apresenta como um conjunto de instituições públicas (estatais e civis) e normas legais que visam fornecer os parâmetros mínimos de demarcação e funcionamento do mercado de trabalho, notadamente no que diz respeito ao uso do trabalho (regulamentação das condições de contratação, demissão e da jornada de trabalho), sua remuneração (regulamentação das políticas e reajustes salariais em geral e do salário mínimo) e proteção ou assistência social aos ocupados e desempregados (regulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, da política previdenciária, das práticas de formação e requalificação profissional, da ação sindical e da Justiça do Trabalho).

Pois bem, nos termos propostos, a década de 1980 representa, então, a primeira fase da *desregulação do trabalho* no Brasil, fase esta marcada ainda por um movimento contraditório, em que se tem, de um lado, o início do processo de desestruturação do mercado de trabalho, mas, de outro, a tentativa de se ampliar o raio de abrangência da

regulamentação do mercado laboral. Estes dois vetores se põe em antagonismo explícito ao final da década, de forma que o aprofundamento da desregulação do trabalho nos anos 90 surge como uma solução não definitiva posta em marcha pelos governos de orientação liberalizante. Atualmente em pleno andamento, a desregulação do trabalho nos anos 90 se dá no bojo do aprofundamento também da crise econômica mais geral. A especificidade da trajetória de desregulação do trabalho pela década de 1990 é que, agora, os dois vetores de sua determinação caminham na mesma direção. Ou seja, em paralelo à *desestruturação do mercado de trabalho* que se intensifica nos anos 90, é posto em marcha o processo de *desregulamentação do mercado de trabalho*, que vem como parte integrante e indissociável de uma ampla agenda de reformas ditas *estruturais* por seus formuladores, das quais a reforma do Estado é uma das mais importantes (Cardoso Jr & Fernandes, 2000b; Almeida, 2000).

Além da reforma do Estado, um outro conjunto de reformas econômicas fundamentais (tais como a liberalização comercial e financeira irrestrita, a privatização abrangente das empresas estatais, uma reforma tributária colada à disciplina fiscal, com redução e focalização dos gastos públicos, dentre outras) veio delimitar o destino recente do país, assegurando a efetivação do que aqui é chamado de *a segunda fase da trajetória brasileira de regressão industrial* (Cardoso Jr. & Pochmann, 2000). Esta segunda fase, que teve como palco a década de 1990, foi um período no qual a trajetória descrita pela economia se deu num ambiente macroeconômico distinto daquele que havia caracterizado a crise mais geral dos anos anteriores.

A década de 1990 representou profundas alterações no tocante ao conjunto de expectativas dos agentes, como também desdobramentos concretos diante das novas e incertas perspectivas de reordenamento do modelo de desenvolvimento. Três eventos econômicos particularmente importantes podem ser identificados como responsáveis pela alteração do cenário das decisões domésticas.

Em primeiro lugar, o retorno do Brasil ao circuito financeiro internacional, como receptor de recursos externos, depois de um longo período de estancamento dos fluxos na década de 1980, particularmente a partir da moratória mexicana de 1982, com a crise das dívidas externas dos países em desenvolvimento. Em segundo, o processo de abertura comercial iniciado em 1990, depois de um longo período sob a vigência de um coeficiente relativamente baixo de importações, com política cambial

ativa em favor da geração de superávites comerciais. Finalmente, mas não menos importante, a estabilização relativa da moeda nacional, desde o segundo semestre de 1994, depois de um longo período de vigência de um regime de alta inflação e inúmeras tentativas frustradas de estabilização.

Com respeito ao primeiro aspecto, é preciso situar o comportamento global dos fluxos de capitais, desde os últimos anos da década de 1980 até a atualidade, como a mais intensa etapa do movimento geral de internacionalização do capital já verificado mundialmente (Chesnay, 1996). No entanto, ao contrário do movimento de capitais observado nos anos 70, a recente onda de transnacionalização capitalista tem a característica de revelar de forma radical sua natureza predominantemente financeira, que potencializa os efeitos desagregadores dos processos de reestruturação produtiva em andamento e submete a capacidade de regulação institucional do sistema (Tavares & Fiori, 1997; Théret & Braga, 1998).

Assim, a principal consequência desse novo formato de captação de recursos externos foi o acirramento da vulnerabilidade internacional, derivada do tipo dominante de inserção dos países ditos emergentes nos novos fluxos de capital. Num contexto em que prevalece uma mobilidade imperfeita de capital, o tipo de inserção externa da economia impõe severas restrições cambiais ao país, quando abordada pela ótica das necessidades de fechamento do balanço de pagamentos. O aumento da vulnerabilidade da economia brasileira em relação a uma crescente dependência de recursos especulativos de curto prazo ratifica a crença em torno da ausência de contribuição destes fluxos de capitais para o incremento do investimento produtivo, comprometendo sobremaneira o potencial de crescimento do país na década (Laplane & Sarti, 1997; Bielschowsky, 1998a; Bielschowsky, 1998b).

No que se refere à abertura comercial, e ao significado da *globalização* sobre os novos processos de reestruturação tecnológica e produtiva, é preciso atentar para o fato de que uma especificidade relevante da dinâmica capitalista atual tem sido a centralização industrial com reconcentração de mercados, em ritmo intenso e abrangência global (Coutinho, 1995). Este fenômeno, por si só, já seria indicativo do processo desigual de difusão das mudanças tecnológicas em curso, bem como dos efeitos desagregadores sobre as economias menos preparadas, que acabam ficando mais distantes do rol de países desenvolvidos.

Esta fase de intensas transformações tecnológicas tem impactado de forma radical

todos os setores econômicos (primário, secundário e terciário), mas com fortes repercussões sobre os setores industrial e de serviços de toda espécie, que se vêem obrigados a definir novos padrões de organização tanto da produção quanto da administração da gestão empresarial. A tendência mais notória é a da oligopolização (via centralização e/ou concentração) à escala global, cujas formas de concorrência se acirram sobremaneira por conta dos fenômenos de interdependência dos mercados mundiais e alianças tecnológicas específicas entre grandes grupos econômicos ou blocos de capitais centralizados (Braga, 1996).

É justamente a emergência e exacerbação deste aspecto, colado à ausência ou precariedade dos mecanismos de regulação do movimento de valorização dos capitais, que autoriza a afirmação de que a dinâmica capitalista atual esteja sendo comandada predominantemente pela lógica de expansão destes grandes grupos econômicos, mas que assumem diferentes formatos dependendo do país de origem ou do arranjo específico que o singulariza. É lícito constatar que quanto maior o grau de exposição de um país à esfera de interesses e atuação destes grandes grupos econômicos, e quanto maior também o coeficiente de participação do país no comércio internacional, tanto maiores deverão ser os impactos e repercussões das transformações recentes na órbita produtiva sobre os respectivos espaços de influência. Somado a isto, quanto mais precários os mecanismos de proteção social, notadamente aqueles voltados à regulamentação do mercado de trabalho, mais desagregadores da ordem social e do trabalho deverão ser os efeitos da incorporação das novas tecnologias aplicadas aos processos de produção domésticos.

Assim, a questão dos impactos da abertura comercial e financeira sobre a base produtiva brasileira não pode ser dissociada dos condicionantes gerais que nortearam tanto o processo de abertura da economia nacional aos fluxos internacionais de capitais e mercadorias como o reordenamento das empresas aqui instaladas diante das transformações mundiais em curso. Neste sentido, é válido circunscrever o fenômeno da abertura comercial e financeira a uma das reformas estruturais de cunho liberalizante, como uma das etapas necessárias ao tipo de *modernização* preconizada pelos representantes e defensores das propostas do Consenso de Washington no país.

Finalmente, o terceiro evento de grande significação econômica passava a ser a convergência das taxas de inflação domésticas com as taxas internacionais, a partir do segundo semestre de 1994. Este fenômeno, no entanto, contou com dois componentes

que acompanharam o sucesso do plano Real desde sua implementação, a saber: i) um diferencial positivo de grande magnitude entre as taxas de juros domésticas relativamente às praticadas no exterior, responsável pela entrada de grande parte da massa de recursos externos captados pela economia brasileira nos últimos anos, e ii) a sobrevalorização relativa da moeda nacional, como consequência do anterior, e responsável, em última instância, pelo déficit em transações correntes e pela criação de um ambiente interno pouco favorável ao crescimento econômico.

Em suma, no cenário vivido pela economia brasileira nos anos 90, não se pode menosprezar a influência exercida, desde os primeiros anos da década, pelos processos de abertura comercial e financeira ao exterior. Se a abertura comercial foi capaz de segurar a inflação doméstica ao manter a concorrência internacional em condição de permanente contestabilidade dos mercados e preços internos, também demonstrou ser capaz de desarticular o parque industrial aqui constituído, ao impor sérios limites à retomada dos investimentos produtivos em território nacional. E a abertura financeira, se conseguiu inserir o Brasil nos fluxos internacionais de capital, eliminando, ou pelo menos relativizando drasticamente a restrição externa que perdurou sobre o país durante toda a década de 1980, também aprofundou a crise bancária em curso, comprometendo duramente a capacidade de regulação sistêmica por parte das autoridades macroeconômica e monetária.

Por fim, também não se pode ignorar a influência do plano de estabilização (Plano Real) sobre as baixas taxas de crescimento econômico durante praticamente toda a segunda metade da década de 1990. Ou seja, se por um lado o plano de estabilização ancorado no Real alcançou relativo sucesso no combate à inflação, por outro, levou a economia brasileira à uma combinação perversa de três armadilhas bem visíveis, sem saída no curto prazo e nas atuais condições.

A primeira armadilha é a da estagnação econômica, onde se constata uma certa incapacidade das forças de mercado em operar o milagre da retomada do crescimento sustentado, em claros sinais de que estabilização sem crescimento do produto não pode se manter indefinidamente. A segunda armadilha é a da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, pela qual se verifica o crescente esgotamento dos mecanismos clássicos de financiamento das contas públicas. Finalmente, a terceira armadilha diz respeito aos próprios sustentáculos da estabilização, cujos anteparos têm se mostrados extremamente vulneráveis e dependentes das condições do mercado internacional. A



abertura não seletiva com câmbio flutuante (pós desvalorização em janeiro de 1999) impacta negativamente o crescimento. A estagnação econômica com juros elevados inviabiliza qualquer tentativa de recomposição das condições de financiamento do setor público. Por fim, Estado em situação financeira *ponzi* acelera a deterioração do cenário político, sintoma inequívoco de aprofundamento da crise latente no país.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, por sua vez, as transformações econômicas engendradas pelo movimento de abertura externa com recessão doméstica no início dos anos 90, agiram no sentido de aprofundar as inserções setoriais ligadas aos serviços prestados às empresas (serviços produtivos), comércio e transportes (serviços distributivos), serviços prestados às famílias (serviços pessoais) e serviços não mercantis (serviços diversos). Ao mesmo tempo, acentuaram-se as inserções ocupacionais dos assalariados sem carteira, trabalhadores autônomos e trabalhadores não remunerados (Cardoso Jr., 1999).

Este panorama geral esconde, portanto, uma situação perversa num duplo sentido. Por um lado, as *novas inserções setoriais* seriam fruto mais da perda de dinamismo econômico da estrutura produtiva brasileira que de um reordenamento da mesma rumo a um novo padrão de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, as *novas inserções ocupacionais* representariam muito mais estratégias de sobrevivência dos trabalhadores diante do colapso das alternativas de empregabilidade formal com proteção social que uma livre escolha para alcançar ascensão profissional ou pessoal, ainda que muitas destas novas atividades autônomas possam redundar em certo prestígio ou mesmo em rendimentos médios mais elevados nas fases ascendentes dos ciclos (Castro & Dedecca, 1998).

Ambos os fenômenos – *terciarização das ocupações e informalização das relações de trabalho* – ajudam a explicar também a deterioração da qualidade da maioria dos novos postos de trabalho abertos durante a década de 1990, com reflexos perversos sobre a estrutura já bastante concentrada da renda do trabalho pessoal. Assim, ao se confirmar o diagnóstico feito até aqui, seria de se esperar, para os próximos anos, dadas as condições atualmente vigentes no cenário macroeconômico, tanto um aumento das taxas de desemprego aberto, quanto um possível aumento da informalização das relações de trabalho (Cardoso Jr. & Fernandes, 2000a).

A despeito da desvalorização do Real em janeiro de 1999 e da redução dos juros básicos ao longo de 2000, as informações conjunturais apontam para uma retomada

ainda insuficiente do emprego industrial, confirmando, por sua vez, o aparente esgotamento da trajetória de absorção da mão-de-obra pelo setor terciário da economia. Já o aumento da informalização das relações de trabalho parece ser mais provável em um contexto de crescente desregulamentação da legislação trabalhista e do acirramento da competição, no interior da classe trabalhadora, por uma inserção a qualquer custo no mercado de trabalho pouco estruturado do Brasil.

## **2. A Desregulação pela Ótica da *Desestruturação* do Mercado de Trabalho.**

A partir da linha de argumentação esboçada acima, é possível promover uma separação objetiva entre os elementos que diferenciam o ambiente macroeconômico e institucional das décadas de 1980 e 1990 daqueles que constituem pontos comuns ao longo desta trajetória. Entre os elementos diferenciadores, podemos destacar 3 pontos:

- 1) acesso aos fluxos financeiros internacionais: enquanto os anos 80 foram marcados pelo estancamento radical das correntes de financiamento externas ao Brasil, a década de 1990 representou a volta do país ao circuito financeiro mundial;
- 2) grau de exposição ou abertura externa: enquanto os anos 80 são lembrados como um período protecionista (de altas tarifas de importação e política cambial voltada à geração de grandes saldos comerciais com o exterior), a década de 1990 tem como uma de suas principais características a abertura comercial externa;
- 3) inflação: enquanto os anos 80 vivenciaram sucessivos planos mal sucedidos de estabilização, frente a um regime incansável de alta inflação, a década de 1990 presenciou uma estabilidade relativa a partir do segundo semestre de 1994.

Não obstante as especificidades do cenário macroeconômico em cada período, há importantes *permanências* ao longo de ambas as décadas que, aliás, nem são exclusividade destes anos. Pelo contrário, são heranças ainda não resolvidas da trajetória capitalista no Brasil, dentre as quais podemos destacar 3 grandes continuidades históricas de nossa industrialização, com especial significação para as décadas de 1980 e 1990:

- 1) uma instabilidade macroeconômica radical: em ambos os períodos, as principais variáveis do cálculo capitalista (câmbio, juros, preços, salários)

oscilaram violentamente no país, a ponto de impedir previsões econômicas seguras a respeito da evolução dos níveis de produto e emprego, com o que se exacerba o risco sistêmico e se aprisionam as decisões empresariais no curto prazo;

2) uma dinâmica de expansão segundo a lógica do *stop and go*: também em ambos os períodos, inclusive por decorrência da instabilidade macroeconômica radical, instaura-se no país uma dinâmica capitalista truncada, que alterna, num curto espaço de tempo, pequenos ciclos de crescimento e recessão, sem que se vislumbre condições para um desenvolvimento sustentado;

3) uma oferta excedente de mão-de-obra: nestas duas últimas décadas do século XX, em paralelo ao colapso do padrão histórico de desenvolvimento brasileiro, processou-se também a reversão da tendência de estruturação do mercado de trabalho nacional. Este fenômeno se sobrepôs à base já ampla e excedentária de mão-de-obra do país, relativamente à insuficiente e dependente pujança do nosso capitalismo tardio e periférico, exacerbando a assimetria estrutural entre capital e trabalho, de modo a conformar-se num dos mais importantes fatores a explicar a determinação do emprego e das relações de trabalho no período recente.

É justamente neste (e deste) ponto que emerge a **primeira tese (ou hipótese) central do estudo**, relacionada à tarefa de estabelecer as conexões lógico-históricas entre a crise da economia brasileira dos últimos vinte anos e o processo de desregulação do trabalho no país. Em linhas gerais, esta tese sugere que: *em contextos macroeconômicos recessivos, tendo os agentes a percepção de tratar-se de um fenômeno duradouro, e na ausência ou ineficácia de amplas políticas públicas de garantia de renda e proteção social aos trabalhadores e desempregados, a dinâmica de geração das ocupações passa a depender relativamente mais das condições de oferta do que das de demanda por trabalho*. Não é à toa, por sinal, que as atividades geradas no comércio e nos serviços pessoais estiveram entre as mais disputadas em período recente, a ponto de se atribuir ao segmento terciário a importante função de *colchão absorvedor* do excedente estrutural de mão-de-obra do país.

A partir deste aspecto é possível *definir e caracterizar cada um dos dois eixos que compõem o quadro de desregulação do trabalho no Brasil em período recente, a saber: a desestruturação e a desregulamentação do mercado de trabalho*.

No que se refere à *desestruturação do mercado de trabalho* brasileiro, já foi dito na

introdução que este fenômeno teve início em princípios da década de 1980, no bojo do processo mais geral de desarticulação do modelo de desenvolvimento industrial que havia comandado a economia do país até então. A tendência à *desestruturação do mercado de trabalho* se aprofundaria nos anos 90, justamente no contexto de primazia da política liberalizante que guiou as ações de todos os governos brasileiros do período.

Este amplo processo de *desestruturação do mercado de trabalho* pode ser empiricamente caracterizado, tendo por base uma definição que ressalta 6 aspectos sintomáticos e estreitamente interligados, a saber:

1) Um crescimento patológico do setor terciário (comércio e serviços) da economia:

A *terciarização das ocupações*, que já fazia parte do cenário econômico nacional desde princípios dos anos 80 (com quase 50% de todo o pessoal ocupado localizado no terciário), continuou sua trajetória de absorção de mão-de-obra também pela década de 90, ainda que a uma taxa média de crescimento decrescente (4,8%<sup>aa</sup> entre 1981/85, 3,7%<sup>aa</sup> entre 1986/89, 1,8%<sup>aa</sup> entre 1990/93 e 1,2%<sup>aa</sup> entre 1995/98). Assim, em que pese o fato da *terciarização das ocupações* no Brasil ter sido um evento econômico marcante ao longo das duas últimas décadas, é preciso apontar, senão para um aparente esgotamento, ao menos para um arrefecimento desta *estratégia* de expansão do terciário, com repercussões não desprezíveis sobre as outras quatro dimensões da *desestruturação do mercado de trabalho* nacional.

2) Um crescimento expressivo da informalidade nas relações de trabalho, medida pelo peso crescente dos trabalhadores sem registro, sem remuneração e por conta própria no total da ocupação:

A *informalização das relações de trabalho* no Brasil, embora também já fizesse parte do cenário econômico da década de 1980 (com nunca menos que 50% do pessoal ocupado total localizado em ocupações pertencentes ao núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho), apresentou uma tendência de aumento do seu peso relativo no total da ocupação, estacionado em torno dos 60% ao longo dos anos 90 (Cardoso Jr. & Fernandes, 2000a). A explosão da informalidade nesta última década, como decorrência da sobreposição entre, de um lado, os movimentos setoriais de reestruturação produtiva e organizacional forçados pela abertura ao exterior e, de outro, as políticas econômicas domésticas de orientação recessiva, geraram um quadro de aprofundamento da heterogeneidade do mercado de trabalho que sinaliza

uma situação de deterioração das condições de inserção ocupacional para a maior parte da classe trabalhadora no Brasil. Enquanto nos anos 70 a heterogeneidade era vista como fruto de um crescimento das atividades modernas insuficiente para absorver a disponibilidade existente de força de trabalho, na década de 1990 a heterogeneidade do mercado de trabalho pode ser analisada também como produto da passagem de trabalhadores formais para a situação de informalidade crescente que se acentua pela perda de dinamismo global do sistema econômico (Baltar & Dedecca, 1997).

3) Um aumento não desprezível dos níveis de desocupação e desemprego:

Os anos 90 também vieram acompanhados de uma mudança de patamar nos níveis médios de desocupação e desemprego da PEA, que praticamente dobra ao final da década em relação aos índices dos anos 80 e começo dos 90, mesmo considerando as estimativas conservadoras da PME-IBGE. Alguns autores (Amadeo & Camargo, 1996; Franco, 1999) procuram minimizar este problema, atribuindo o fenômeno contemporâneo do desemprego no Brasil ao conjunto de transformações estruturais em âmbito mundial, resultado, portanto, dos processos de reorganização produtiva e tecnológica e das novas formas de gestão empresarial, com rebatimentos inexoráveis no país, em sua fase atual de crescente abertura e integração junto aos mercados centrais. Mas ainda que se reconheça os impactos oriundos da esfera microeconômica sobre o emprego agregado, não é possível descartar o fato de o ambiente macroeconômico interno estar muito pouco propício ao enfrentamento do desemprego como fenômeno econômico e social de grandes proporções, com consequências adversas sobre o conjunto da população e da própria economia (Cacciamali, 1995; Baltar & Mattoso, 1997).

4) Uma precarização ou piora na qualidade dos postos de trabalho:

Intimamente associada à informalização e ao crescimento e diversificação dos tipos de desemprego (friccional, cíclico, sazonal, estrutural, oculto, de inserção, de exclusão), contata-se nos anos 90 uma *precarização crescente das relações e condições de trabalho*, com aumento da assimetria já existente entre capital e trabalho, especialmente para as categorias ocupacionais tidas como informais, no interior das quais parecem residir as atividades mais precárias, do ponto de vista da qualidade da ocupação – caso claro dos trabalhadores por conta própria –, e de mais frágil inserção profissional, do ponto de vista das relações de trabalho – caso evidente

dos sem registro em carteira. Embora reconhecendo a complexidade conceitual e empírica em definir e mensurar o fenômeno da precarização, é possível constatar, particularmente junto aos assalariados sem carteira, que a ausência de mediação institucional pelo Estado torna mais frágeis e assimétricas as relações capital-trabalho, favorecendo uma flexibilidade quantitativa (dispensa e contratação de mão-de-obra) muito elevada, que apenas serve para engendrar uma alta rotatividade de trabalhadores nestas ocupações. Como se sabe, níveis muito altos de rotatividade produzem, de um lado, postos de trabalho de baixa qualidade e praticamente nenhum investimento tecnológico ou em recursos humanos e, de outro, trabalhadores sem especialização definida, que rodam intensamente por ocupações distintas, sem perspectivas de ascensão profissional nem salarial. De outro lado, a ausência ou precariedade dos mecanismos de proteção social conferidos pelo Estado a seus cidadãos tende a transferir aos âmbitos familiar e individual a responsabilidade pela sobrevivência numa sociedade marcada por uma crescente redundância do trabalho vivo. Este aspecto é particularmente dramático junto aos trabalhadores por conta própria de menores rendas, que tendem a não recolher contribuição previdenciária e tampouco tendem a ter registrados nas administrações públicas seus pequenos negócios. Em estudos sobre a qualidade dos postos de trabalho, acreditamos que informações sobre a cobertura da seguridade social, tipo e quantidade de benefícios recebidos pelos trabalhadores, jornada de trabalho, número de empregos praticados, permanência no emprego e filiação sindical, entre outros, cobrem um conjunto muito relevante de aspectos ligados à qualidade dos postos de trabalho, livres da dimensão exclusivamente monetária que costuma caracterizar a maioria dos estudos a respeito, e que precisariam ser devidamente considerados (Cardoso Jr., 2000).

5) Uma estagnação relativa dos rendimentos médios oriundos do trabalho, em particular dos trabalhadores assalariados (com e sem carteira):

Depois de uma década – a de 1980 – marcada por bruscos movimentos de queda e recuperação dos níveis médios dos rendimentos dos trabalhadores ocupados, a década de 1990 foi palco de uma estagnação relativa dos rendimentos médios das principais categorias ocupacionais. Os trabalhadores assalariados, notadamente os vinculados à indústria, tiveram seus rendimentos reais praticamente congelados desde que a abertura comercial acirrou a competição nos mercados domésticos de bens transáveis internacionalmente. Por sua vez, os trabalhadores autônomos, particularmente os

ligados ao comércio e serviços, depois de um curto período de euforia no biênio 1995/96, viram seus rendimentos reais inverterem a trajetória de crescimento e também refluírem para os níveis observados antes da implantação do Plano Real. Em outras palavras, quando se observa a evolução dos rendimentos reais médios por posição na ocupação desde o início dos anos 80, vê-se claramente que há uma certa estagnação relativa de longo prazo que é ocasionalmente interrompida por efeitos não duradouros de algum plano de estabilização, como no Cruzado em 1986, ou mesmo no Real, entre a segunda metade de 1994 e a primeira de 1997.

6) Uma estagnação relativa da situação distributiva, tanto do ponto de vista da distribuição funcional da renda (repartição entre rendimentos do capital e do trabalho) quanto do ponto de vista da distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho:

Do ponto de vista da distribuição funcional da renda, ou mais propriamente, da participação dos salários na renda nacional, esta se apresenta estruturalmente reduzida no Brasil, em comparação com países desenvolvidos, por conta de pelo menos dois fatores que agem na mesma direção. Em primeiro lugar, a manutenção de um peso elevado de trabalhadores em mercados de trabalho pouco estruturados, que são marcados pela ausência de amplos movimentos sindicais organizados e políticas públicas de transferências de renda e proteção social, reproduzem um distanciamento permanente entre ganhos de produtividade e repasses reais aos salários. Em segundo lugar, como reflexo do tipo de crescimento econômico que é imposto pela dinâmica capitalista no Brasil, o ritmo insuficiente de absorção de força de trabalho ativa nos segmentos mais organizados do mercado de trabalho dá origem a uma massa reduzida de remunerações. Do ponto de vista da concentração pessoal dos rendimentos do trabalho, como a hierarquia de remunerações responde às características da estrutura produtiva, preponderantemente vinculada aos segmentos estruturados dos mercados de trabalho, e como o peso e a dinâmica deste setor não consegue absorver integralmente toda a oferta efetiva de mão-de-obra, tem-se necessariamente um perfil altamente concentrado para a distribuição dos rendimentos provenientes do trabalho, que é reforçado pela existência de um nível muito baixo de salários para a maior parte das pessoas pertencentes à base não organizada do mercado de trabalho. Assim, a rigidez à baixa dos índices de desigualdade no Brasil ajuda a reforçar a tese da *desestruturação do mercado de trabalho nacional*, que consolida e reflete um padrão

bastante heterogêneo de ocupações e de remunerações no seio da classe trabalhadora. Ademais, reforça também a inoperância das políticas públicas redistributivas, que assumem cada vez mais um caráter assistencialista e compensatório.

### **1. A Desregulação pela Ótica da *Desregulamentação* do Mercado Laboral.**

Do ponto de vista da *desregulamentação do mercado de trabalho* no Brasil, o segundo dos eixos temáticos relacionado ao objetivo de definir e caracterizar o quadro de desregulação do trabalho em período recente, é possível dizer que tenha passado por dois momentos distintos nestes últimos vinte anos.

Durante a década de 1980, impulsionado pelos movimentos sociais e sindicais que ganharam força na esteira da redemocratização do país, houve na verdade um processo de ampliação da regulamentação sobre o mercado de trabalho, notadamente em torno da adoção de novos direitos sociais e trabalhistas, cujo ápice se daria com a promulgação de uma nova Constituição Federal em 1988. Esta fase é duplamente importante da perspectiva da regulação do trabalho no país. Em primeiro lugar, porque ocorre num ambiente político de transição de um regime autoritário para um regime democrático, o qual, embora ainda não plenamente constituído e consolidado no país, abria espaço para ações políticas emanadas da sociedade civil, até então alijadas das principais decisões do país. Em segundo lugar, porque ocorre num contexto econômico de crise e desestruturação do mercado laboral, e tem, assim, o sentido de servir de anteparo (ou contracorrente) à dinâmica econômica desagregadora, ainda que talvez isto se tenha dado mais em termos simbólicos que reais.

Já nos anos 90, particularmente a partir de 1994, tem início uma *estratégia* de desregulamentação do mercado de trabalho nacional, que prima por uma alteração gradual e pontual de itens importantes da legislação trabalhista e social consagrada na CLT e na Constituição de 1988, sendo que apenas de uma perspectiva macro e retrospectiva adquire a dimensão de uma reforma abrangente do sistema de relações de trabalho do país (Cardoso Jr. & Fernandes, 2000b).

A idéia-força aqui, a partir da qual emerge a **segunda tese (ou hipótese) central do estudo**, é a de que *a forma pela qual vem sendo conduzida a desregulamentação do mercado de trabalho no país – por meio de medidas provisórias, emendas*



*constitucionais, portarias e decretos, todos objetos de menor resistência política – se constitui numa estratégia deliberada do governo federal, em aliança com determinados grupos sociais de grande expressão (empresários e parte do sindicalismo de resultados), estratégia esta sintonizada às diretrizes mais gerais da reforma do Estado no Brasil.*

Este amplo processo de *desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro* pode ser empiricamente caracterizado por um conjunto de medidas legais que se aglutinam em função de promover importantes mudanças em eixos centrais da organização do trabalho no país. Embora não seja o caso aqui – por falta de espaço – detalhar o significado de cada uma dessas modificações, é possível e desejável elencar as mais relevantes nos últimos anos.

1) Principais mudanças nas condições de uso da força de trabalho:

Processo este levado a cabo, até o momento, através da *flexibilização da jornada de trabalho*, via criação do banco de horas (Lei nº 9.601, de janeiro de 1998), bem como através da *ampliação das formas de contratação e demissão* da mão-de-obra, cujas principais medidas legais até o momento foram: a lei das cooperativas (Lei nº 8.949, de dezembro de 1994), a denúncia da Convenção 158 da OIT, a contratação por tempo determinado (Lei nº 9.601, de janeiro de 1998), a contratação por tempo parcial (MP nº 1.709, de agosto de 1998), o fim da estabilidade no serviço público (MP nº 1.522, de dezembro de 1997), a perda de cargo público por excesso de despesa com pessoal (Lei nº 9.801, de junho de 1999), a contratação por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público (Lei nº 9.849, de outubro de 1999) e a contratação de emprego público via CLT ao invés de RJU (Lei nº 9.962, de fevereiro de 2000).

2) Principais mudanças nas condições de remuneração da força de trabalho:

Processo este iniciado com o abandono da gestão da política salarial durante o governo Collor, a partir do que se seguiram: a ênfase nas negociações coletivas para se definir a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas (MP nº 794, de 1994, reeditada como MP nº 1.029), a desindexação salarial geral dos mecanismos tradicionais de reajuste (MP nº 1.053, de junho de 1995) e a desvinculação do salário mínimo de índices de reposição automática (MP nº 1.906, de maio de 1997).

3) Principais mudanças nas condições de proteção e assistência à força de trabalho (trabalhadores ocupados e desempregados):

Processo este de grande amplitude e complexidade, não só pelo conjunto de dimensões envolvidas, mas também pelo fato de se tratar do campo momentâneo de intervenção. Por *marcos da proteção e assistência à força de trabalho* estamos aqui considerando: as atuais propostas de modificação no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a reforma previdenciária ampla (Previdência dos Funcionários Públicos, Previdência Social urbana e rural, e Previdência Complementar), e a reestruturação do Sistema Público de Emprego (CODEFAT, Seguro Desemprego, Intermediação de Mão-de-Obra, Qualificação Profissional, Programas de Geração de Emprego e Renda no âmbito tanto do MTE – Proger urbano e rural, e Pronaf – como no do BNDES – Proemprego, Protrabalho, Microcrédito Produtivo Popular, Programa de Desenvolvimento Econômico e Social).

4) Principais mudanças relativas à reforma sindical e da Justiça do Trabalho:

Finalmente, as tentativas de reforma sindical e da própria Justiça do Trabalho: Lei nº 1.802, de 1996, que na prática promove um tipo de cerceamento ao direito de greve; Decreto nº 2.066, também de 1996, que incentiva a desmobilização sindical dos servidores públicos; Projeto de Lei nº 3.003, de 1997, que prevê a redução do número de contribuições sindicais e a criação da chamada contribuição negocial; Proposta de Emenda Constitucional nº 623, de 1998, que pretende extinguir a unicidade sindical e a representação sindical, além de criar o Conselho da Justiça do Trabalho e limitar o seu campo de atuação aos dissídios de natureza jurídica; Lei nº 9.957, de 2000, que prevê a implantação do procedimento sumaríssimo para dissídios individuais de valor inferior a 40 salários mínimos; e a Lei nº 9.958, também de 2000, que autoriza empresas e sindicatos criarem Comissões de Conciliação Prévia para evitar que conflitos trabalhistas cheguem à Justiça do Trabalho.

**1. À Guisa de Conclusão: Condições Políticas para Superação da Crise.**

Diante do quadro sucintamente esboçado acima, é imperativo avançar na sugestão de alguns pontos de reflexão para a tentativa de se construir uma agenda positiva de mudanças, como condição para a superação do binômio crise econômica e desregulação do trabalho no Brasil.

Para tanto, é imprescindível salientar que *é preciso abordar e atacar a relação crise econômica e desregulação do trabalho de uma perspectiva ampla, em que soluções pontuais para enfrentar cada uma das partes componentes do grande problema que se tem sob foco têm dado origem, atualmente no país, a uma estratégia insuficiente e ineficaz diante da natureza e gravidade da questão*. Em outras palavras, é preciso ter claro que somente uma conjunção de fatores e políticas públicas virtuosas e duradouras no tempo pode desarmar a conexão *crise e desregulação do trabalho* no país, dentre as quais 3 são particularmente importantes e urgentes:

- 1) recuperação do crescimento econômico em bases mais sólidas e níveis mais elevados que os atuais;
- 2) construção de mínimos civilizatórios para a regulação (estruturação e regulamentação) do mundo do trabalho;
- 3) promoção politicamente deliberada da distribuição funcional e pessoal da renda.

Em suma, somente com uma perspectiva positiva de integração social, portanto, não excludente como a que tem comandado as esferas de dominação política e econômica vigentes no país, é que os anos vindouros do novo milênio podem vir a representar um período histórico de grande importância para o Brasil, rumo à superação dos impasses nos quais está atualmente inserido. Atravessamos um momento crítico desta trajetória, cuja resolução definirá o tipo de país que teremos no futuro.

## 1. Referências Bibliográficas.

- AMADEO, E. & CAMARGO, J.M. – Instituições e o mercado de trabalho no Brasil. In: CAMARGO, J.M. (org.) – *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- ANTUNES, R. – *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BAER, M. – *O Rumo Perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BALTAR, P. & PRONI, M. – Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil. Campinas: *Cadernos do Cesit*, n. 15, I.E. Unicamp, 1995.
- BALTAR, P. & DEDECCA, C. – Mercado de trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90. Campinas: *mimeo*, I.E. Unicamp, 1997.
- BALTAR, P. & MATTOSO, J. – Transformações estruturais e emprego nos anos 90. Porto Alegre: *Ensaio FEE*, v. 18, n. 1, 1997.
- BIELSCHOWSKY, R. – Os investimentos fixos na economia brasileira nos anos 90: apresentação e discussão dos números relevantes. Brasília: *mimeo*, CEPAL, 1998a.
- BIELSCHOWSKY, R. – Investimentos na indústria brasileira depois da abertura e do real: o mini-ciclo de modernizações 1995-97. Brasília: *mimeo*, CEPAL, 1998b.
- BRAGA, J.C. – Economia política da dinâmica capitalista. Campinas: *Texto de Discussão* n. 51, I.E. Unicamp, 1996.
- CACCIAMALI, M.C. – Mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: menos empregos, mais política pública. São Paulo: IPE-USP, *mimeo*, 1995.
- CARDOSO, A.M. – *Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- CARDOSO JR. J.C. – *Anatomia da Distribuição de Renda no Brasil: estrutura e evolução nos anos 90*. Campinas: I.E. Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1999.
- CARDOSO JR. J.C. – Desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e limites do seu Sistema Público de Emprego. Brasília: *Texto para Discussão* n. 751, IPEA, 2000.
- CARDOSO JR. J.C. & POCHMANN, M. – Raízes da concentração de renda no Brasil: 1930 a 2000. Brasília; Campinas: IPEA; CESIT, *mimeo*, 2000.
- CARDOSO JR., J.C. & FERNANDES, S. – Terciarização das ocupações e informalização das relações de trabalho no Brasil: PNAD 1981 a 1998. Brasília: IPEA, *mimeo*, 2000a.
- CARDOSO JR., J.C. & FERNANDES, S. – Reforma do Estado e desregulamentação do trabalho no Brasil nos anos 90. Santo Domingo, República Dominicana: *Anais do V Congresso Internacional del CLAD, sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, out. 2000b.
- CARNEIRO, R. – *Crise, Estagnação e Hiperinflação: a economia brasileira nos anos 80*. Campinas: Tese de Doutorado, I.E. Unicamp, 1992.
- CASTRO, N.A. & DEDECCA, C.S. – *A Ocupação na América Latina: tempos mais*

*duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

CHESNAY, F. – *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996 (original de 1994).

COUTINHO, L. – Notas sobre a natureza da globalização. Campinas: *Economia e Sociedade*, I.E. Unicamp, n.4, 1995.

CRUZ, P. R. D. – *Dívida Externa e Política Econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEDECCA, C.S. – *Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado*. Campinas: I.E. Unicamp, 1999.

FIORI, J. L. – *Em Busca do Dissenso Perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.

FRANCO, G. – *O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Ed. 34 Ltda, 1999.

KILSZTAJN, S. – Produto, capital e taxa de lucro: países industrializados e América Latina. Rio de Janeiro: *R.E.P.*, v.18, n.3 (71), 1998.

LAPLANE, M. & SARTI, F. – O investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. Campinas: I.E. Unicamp, *mimeo*, 1997.

MARQUES, R.M. – *Proteção Social e o Mundo do Trabalho*. São Paulo: Bial, 1997.

MEDEIROS, C. & SALM, C. – O mercado de trabalho em debate. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP* n. 39, 1994.

MATTOSO, J. & POCHMANN, M. – Mudanças estruturais e o trabalho no Brasil dos anos 90. Campinas: *Economia e Sociedade*, I.E. Unicamp, n.10, 1998.

OLIVEIRA, C.A.B. – Contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C.A.B.; MATTOSO, J.E. *et alli* (orgs.) – *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

OLIVEIRA, F. de – *Os Direitos do Anti-Valor*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

POCHMANN, M. – Trinta anos de políticas salariais no Brasil. In: OLIVEIRA, C.A.; MATTOSO, J.E. *et alli* (orgs.) – *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

POCHMANN, M. – *Políticas do Trabalho e de Garantia de Renda no Capitalismo em Mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje*. São Paulo: LTr, 1995.

TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. – *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (orgs.) – *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

THÉRET, B. & BRAGA, J.C. (orgs.) – *Regulação Econômica e Globalização*. Campinas: I.E. Unicamp, 1998.